

A formação continuada de professores em educação ambiental por meio da Educação a Distância

Teacher continuing training in environmental education through Distance Education

Suzete Rosana de Castro Wiziack

Ruth Pavan

RESUMO: O texto analisa as concepções sobre ambiente e educação ambiental de professores participantes do Programa Escolas Sustentáveis - “Processo de Formação Escolas Sustentáveis e Com Vida”, realizado em várias regiões do Brasil, sob a coordenação do Ministério da Educação em parceria com universidades federais, por meio da educação a distância. São apresentados parte dos resultados alcançados em uma pesquisa qualitativa, apoiada na educação crítica, sobretudo no *quefazer* como um ato político dos educadores ambientais necessário para o desenvolvimento de uma escola sustentável. Os dados evidenciam uma prática docente voltada para os alunos e para as suas realidades, em consonância com uma educação emancipatória, que visa questões sociais, culturais e políticas. Com os resultados é possível apontar potencialidades presentes nessa formação em EA, não somente no seu alcance face aos recursos tecnológicos e à educação a distância, mas também pela sua contribuição para uma abordagem crítica de educação e da realidade socioambiental da escola, a despeito das dificuldades em relação à compreensão de temática complexa e das condições de trabalho docente que não permitem a reflexão aprofundada na escola, nem mesmo o planejamento coletivo das ações escolares.

Palavras-chave: EaD; Formação Continuada; Educação Ambiental.

ABSTRACT: The present paper analyzes some accounts over environment and environmental education of teachers participating in the Programa Escolas Sustentáveis - “Processo de Formação Escolas Sustentáveis e Com Vida”, carried out in several regions of Brazil under the coordination of the Brazilian Department of Education in a partnership with federal universities through Distance Education. We present some of the findings brought out of a qualitative research supported by a critical education, in particular over *what to do* as a political act by environmental educators which is necessary to the development of a sustainable school. Data show a teaching practice directed to students and their reality, in accordance with an emancipatory aiming social, cultural, and political issues. It is possible, based on the results, pointing out potentialities present in this Distance Education, not only at its extent in face of technological resources and Distance Education, but also due to its contribution for a critical approach of education and school socio-environmental reality, notwithstanding the hardships relating 5^o the understanding of the complex topics and of teaching work conditions that do not allow a deep reflection in the school, not even a collective planning of school activities.

Keywords: Distance Education; Continuing Training; Environmental Education.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Propostas voltadas para a implantação de Escolas Sustentáveis são apresentadas em diversos locais do mundo, desde quando a UNESCO lançou o documento *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável (2005 a 2014)*. Tais escolas inserem-se no movimento de busca pela sustentabilidade ou formas de desenvolvimento sustentável que tem desafiado indivíduos, sociedades e instituições “a olharem para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém”. (UNESCO, 2005, p.25). Nesta perspectiva, a educação a ser desenvolvida é voltada para auxiliar o aprendiz a construir conhecimentos que contribuam com formas mais justas de agir e de se relacionar social e ambientalmente.

No Brasil, o termo Escolas Sustentáveis foi apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) como uma concepção de organização escolar, refletida por meio de aportes teórico-metodológicos da Educação Ambiental, pelos quais o princípio da sustentabilidade socioambiental se faz presente na gestão escolar, nos currículos e nos espaços escolares. Ou seja, uma escola geradora de uma cultura pró-sustentabilidade, que assume um papel reflexivo e ativo na formação de pessoas capazes de enxergar as injustiças do mundo e alterar o ideário desenvolvimentista e consumista para práticas sustentáveis e duradouras (TRAJBER E SATO, 2010).

A proposta de construção de escolas sustentáveis deu origem a um programa do MEC, desenvolvido e ofertado a partir de 2010, em parceria com universidades públicas, que mediante ações de educação a distância disseminou a proposta em grande extensão do território brasileiro, o que somente foi possível com o uso das tecnologias da comunicação e informação, na modalidade a distância de educação.

O desenvolvimento de inúmeras experiências escolares e diversas pesquisas sobre o assunto evidenciam que, embora a continuidade dessa ação nos últimos governos brasileiros não tenha ocorrido, a ideia de uma escola sustentável continua viva e sendo fomentada por educadores em diversos locais do país.

Com isto, pode-se corroborar com a Política Nacional de Educação a Distância - EA, Lei 9795, de 1999 e, posteriormente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas com a Resolução CNE N. 02-2012, normas oriundas da luta dos educadores ambientais brasileiros, que visam a inserção da EA no sistema de ensino. O Art. 8º da Resolução aponta:

REVELLI, Vol. 11. 2019. Dossiê: Inovação, Tecnologias e práticas docentes. ISSN 1984-6576.
E-201925

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

A necessidade de formar educadores ambientais, neste caso, para o desenvolvimento de Escolas Sustentáveis foi proposta e desenvolvida pelo Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com as seguintes instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O desenho do programa e as estratégias de seu desenvolvimento foram desenvolvidos por este grupo, que produziu uma proposta teórico-metodológica, para ser ofertada à distância, a fim de atingir professores de todas as áreas do conhecimento, gestores de escolas, alunos e comunidades. Com isto, as universidades públicas puderam assumir o compromisso, de oferecer uma educação continuada para professores de forma gratuita, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento em Educação (FNDE), que ofereceram bolsas para tutores e coordenadores de ação, além de financiamento de ações de EA nas escolas, o que ocorreu num primeiro momento, por meio do Programa Mais Educação e, posteriormente, com outras ações visando a inserção da temática ambiental nas escolas.

Denominado “Escolas Sustentáveis e Com-Vida, Processos Formativos em Educação Ambiental”, o programa começou a ser desenvolvido por essas universidades, a partir de 2010, sob o tripé currículo/gestão/espço, com o intuito de “incentivar o pensamento crítico sobre a realidade socioambiental, tendo a escola como local privilegiado” (TRAJBER & MOREIRA, 2010, p.5).

Participante da equipe de criação do programa, foi possível contribuir para pensar o que seria uma escola sustentável e qual o desenho que comporia um programa de formação de educadores ambientais visando a EA nas escolas. A equipe concebeu as linhas gerais da proposta e preparou as estratégias tecnológicas a serem utilizadas na modalidade de educação a distância. Foram definidos os objetos de aprendizagem a serem utilizados como recursos instrucionais como as salas virtuais para a comunicação entre professores, tutores e cursistas,

as atividades de ensino visando, inclusive, a construção de ações colaborativas, o processo avaliativo para verificação da aprendizagem do processo e dos produtos definidos no âmbito dos cursos, além do conteúdo que deveria complementar a proposta.

Construiu-se, portanto, um ambiente de aprendizagem que pudesse atender ao paradigma educacional do ensino e aprendizagem a distância, fazendo uso de tecnologias da informação e da comunicação de base digital, em especial a *Internet*. Desse processo foram organizados o curso de extensão e um curso de especialização - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* – Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, ambos no âmbito da formação continuada.

No artigo, analisamos uma experiência decorrente dessa formação continuada, com a colaboração dos seus cursistas, professores de uma escola pública participante da formação. Esta escola, a partir do curso, desenvolveu a EA, com vistas a tornar a instituição escolar, um espaço educador sustentável entendido no âmbito dessa formação, como um espaço que educa, o que pressupõe o respeito às diferenças, os saberes tradicionais, as histórias de vida, a diversidade cultural de sua comunidade (BORGES, 2011).

Apresentamos parte dos resultados e reflexões realizadas em uma pesquisa de doutorado em educação, cujo objetivo geral foi: compreender os limites e as possibilidades da formação docente para a EA, que priorize a dimensão crítica e a realidade socioambiental da escola, para a construção de concepções críticas de educação e currículo comprometidas com um *quefazer* nos processos educativos. Com a participação desse grupo de professores são refletidas as concepções sobre a problemática ambiental e a Educação Ambiental.

O lugar teórico-metodológico e o campo da pesquisa

O campo empírico da investigação é o de uma escola partícipe do Programa Escolas Sustentáveis, localizada em Campo Grande –MS. Os dados foram produzidos com a participação de 10 professores dessa escola, profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que desenvolveram ações de EA na escola, cujos nomes indicados são fictícios, sendo que neste artigo faremos referência a apenas alguns deles.

O aporte teórico assumido na reflexão realizada é o da educação crítica, compreendida como práxis educativa e social, cujos valores e ações tragam elementos para o entendimento e responsabilidade dos indivíduos e coletivos em relação ao ambiente (LOUREIRO, 2012).

De acordo com Guimarães (2006), a EA crítica verifica e supera as “armadilhas paradigmáticas” que impedem a compreensão sobre a problemática socioambiental e a abordagem do caráter político, social, econômico e cultural subjacente aos processos didáticos e educativos, nos quais “estejamos, educando e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos” (GUIMARÃES, 2006, p.30-31).

Com esse sentido, a EA se coloca como uma alternativa educativa emancipatória e potencializadora do fazer político, entendido por Freire (2000) como um *quefazer* que se relaciona, profundamente, às concepções e ações políticas dos envolvidos com os processos educativos. O *quefazer* remete à “leitura crítica do mundo”, portanto, “um quefazer político-pedagógico indicotomizável do que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na sociedade” (FREIRE, 2000, p. 21).

Dessa forma, o *quefazer* diz respeito às formas de pensar e agir dos sujeitos, o que é absolutamente coerente com os princípios da EA. Na perspectiva da EA visa a emancipação, a justiça socioambiental, compreendida como a promoção de uma melhor qualidade de vida a todos os grupos sociais, livre de riscos ambientais, com acesso às informações e aos recursos e bens ambientais (ASCELRAD, 2010).

Considera-se que a questão ambiental e a EA favorecem a problematização da realidade, de valores, atitudes e comportamentos capazes de rever novos modos de vida, numa postura anticapitalista voltada às relações entre sociedade e natureza (LÖWY, 2005).

Com tais pressupostos, buscamos refletir por meio das concepções de professores e professoras, as potencialidades de se fazer ou desenvolver na escola processos emancipatórios voltados às questões socioambientais e à Educação Ambiental crítica, o que pressupõe um currículo também crítico, que aborda questões culturais, socioambientais e políticas, que zela pelas relações que se fazem presentes nas práticas de ensino e nos espaços escolares.

Para realizar a investigação utilizou-se da abordagem qualitativa da pesquisa em educação, pela qual foram considerados o objeto e o campo empírico da pesquisa, sobretudo a aproximação significativa do cotidiano da escola, da vida real dos sujeitos (OLIVEIRA, 2010). Os dados foram produzidos, segundo a perspectiva de André (2005, p. 19) considerando um “estudo em profundidade de um fenômeno educacional, com ênfase na sua singularidade e levando em conta os princípios e métodos da etnografia”. Como procedimentos de investigação foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observações na

escola, além da análise de documentos. Os resultados apontam para a compreensão dos professores sobre a Problemática Ambiental e a Educação Ambiental com vistas ao alcance da inserção da EA em uma escola sustentável.

O Programa Formativo Escolas Sustentáveis e Com Vida: a perspectiva dos participantes

Segundo a fala dos profissionais da escola, que participaram do processo formativo, a Educação Ambiental demanda diferentes abordagens no trabalho dos professores. O professor Antônio aponta as simplificações que frequentemente são realizadas no tratamento dos problemas ambientais. Em sua concepção as simplificações comprometem e dificultam o desenvolvimento de uma Educação Ambiental voltada para a construção da cidadania. Sua compreensão é coerente com o que aponta Freire (2000) e Guimarães (2004, 2006). Vejamos o que diz o professor Antônio:

A problemática ambiental nos dias atuais? Ela é uma problemática que de certa forma, acaba sendo lembrada somente... vou colocar assim, (risos) por umas poucas pessoas, por uma minoria que acaba lembrando dessa problemática e a grande mídia... E, a classe política que deveria tomar a frente... alguns utilizam ela na verdade até mesmo no palanque. Isso é nível mundial é uma questão que é responsabilidade de todos, não é só a classe política, volto a dizer, que deveria tomar a frente, que tem condições de resolver certos problemas que não resolve, mais uma questão de todos, questão de consciência, de cada um fazer sua parte (Prof. Antônio).

Segundo o professor, as simplificações estão frequentemente em campanhas que induzem a uma compreensão equivocada de ambiente. Ou seja,

Campanhas publicitárias pequenas às vezes as pessoas acham que fazem diferença, como aquela do fazer xixi no banho, acham que aquilo vai fazer uma diferença enorme na sociedade, mas não faz, acaba virando uma piada. Às vezes uma coisa que era para ser interessante, ah vamos economizar água, faça xixi no banho, por exemplo, vira uma piada, então é uma coisa que precisa ser melhor tratada. Inclusive na escola, principalmente na escola, pois é como eu disse no começo, aqui da escola é que saem os cidadãos de amanhã (Prof. Antônio).

A professora Carmem se diz muito preocupada com a problemática ambiental e indica:

A problemática ambiental é muito importante, eu me preocupo muito com o amanhã, então se as pessoas continuarem a agir como se não estão vendo nada... É preciso ter mais pessoas envolvidas, um envolvendo o outro. Existe também aquele profissional que se envolve só no seu saber. Eu às vezes me assusto com o que está acontecendo com a camada de ozônio. Porque cada vez mais está calor. As enchentes, a poluição do ar. O que eu vejo acontecendo em São Paulo, aquela cidade imensa. Campo Grande não tá longe disso, tem muito carro nas ruas. Eu vejo um futuro muito preocupante. Eu falo para meus amigos: e o problema do consumismo, a pessoa não precisa e comprar... Sabe, a pessoa deve comprar o necessário, as pessoas fecham os olhos para isto (Professora Carmem).

Um aspecto apontado por vários professores diz respeito a uma concepção de ambiente voltada para a compreensão da “localidade”, o que remeteria ao pertencimento de uma dada realidade. Ou seja, para se compreender o ambiente, é necessário apontar o que está próximo ao aluno, no sentido de permitir a sua percepção. De acordo com o professor Geraldo, o aluno necessita perceber-se inserido no ambiente:

A Educação Ambiental seria ter consciência de que estou inserido em um ambiente, ter consciência de onde estou. Esse ambiente depende de minhas ações, as minhas atitudes definem esse ambiente. Não quero salvar a Amazônia [se] eu estou longe desse ambiente, se eu não sentir que a Amazônia faz parte do meu ambiente...

A Professora Eva também indica o ambiente próximo e seus problemas como o conteúdo a ser trabalhado pelos docentes.

A problemática ambiental tá aí, tá de bandeja. O professor [para trabalhar a EA] primeiro ele tem que compreender o que está em seu entorno, para depois ter uma visão global. A questão dos resíduos sólidos, a questão da água, por exemplo, ele precisa entender esse contextinho para entender o mundo dele.

Para a professora Carmem, no desenvolvimento da EA, é necessário abordar a escola e a cidade onde vivem os alunos. A professora aponta como inspiração para a sua prática pedagógica a questão: “[...] eu parto desse princípio, o meio que a criança está inserida, eu parto desse ambiente, [por exemplo] do pátio da escola”. A professora diz que o cotidiano vivenciado pelos alunos na escola deve ser tema a estudar. Justifica sua abordagem indicando

que é nesse espaço que os problemas imediatos podem ser resolvidos, servindo de exemplo para os alunos. De acordo com a professora, para desenvolver a EA é necessário desenvolver valores cidadãos e outros. Vejamos:

Você deve trabalhar vários valores com a EA, o valor enquanto cidadão, enquanto pessoa, a relação com o dinheiro, pois as pessoas estão muito voltadas para a economia, a EA está acima do trabalho que tanto dizem para a gente fazer com a tecnologia, porque a Educação ambiental é um problema de todos, envolve o planeta (Profª. Carmem).

As questões refletidas pela professora Carmem estão presentes na proposta de uma escola sustentável que se preocupa com o espaço escolar como um espaço que educa por meio das relações estabelecidas ou por meio do cuidado com a alimentação, com a água, a energia, o papel, entre outros.

Outras questões refletidas pela professora Helena apontam para a importância da regionalidade como uma abordagem que valoriza a compreensão do ambiente e favorece o entendimento da apropriação social de seus recursos.

[...] se a gente não valoriza o que temos, começa a perder. Acho que falta informação mesmo, do que nós temos, se você não valoriza, vem o outro e aí... Taí a Amazônia, que é um fato. Se a gente não valoriza o que tem, aquilo já não te pertence. [...] As pessoas ficam de olho. O tempo todo, começam a investir, investir. Me preocupo com uma política nacional, sabe, realmente que não seja interesse meramente político, mas interesse pelo ser humano mesmo. Se a gente não fizer, a começar pela informação, a começar pelas escolas fundamentais (Professora Helena).

A professora refere-se ao turismo e outras atividades que hoje se voltam para as áreas naturais. Também chama a atenção para a necessidade de a educação prover o acesso às “informações” necessárias à compreensão do ambiente em relação às atividades econômicas e culturais que são propostas em diferentes regiões, sobretudo aquelas próximas aos estudantes.

O apontado pela professora remete à ideia de que é preciso conhecer para compreender e proteger. Cabe destacar que é importante não desenvolver uma EA romântica, voltada sobretudo às “relações inerentes aos sistemas ditos naturais, [em que] se impõe um retorno à condição natural, o que se faz frequentemente desconsiderando as demais formas de relações sociais e culturais” (LOUREIRO, 2008, p. 6). A professora ao mostrar sua preocupação com

questões econômicas que induzem os planejamentos no Brasil e na região em que se encontra a escola, afasta-se dessa concepção e se aproxima da concepção crítica.

Sobre isto, um aspecto apontado pela professora Fabiana é interessante abordar: “Eu acho assim, [a questão ambiental] ela veio por questões globais. Na parte política, a obrigatoriedade vem desse contexto global. Mas a minha contextualização vem do contexto local. Para mim é o *meu* ambiente” (grifo nosso) que devo tratar.

Ao considerar que a sociedade exerce o diálogo com o seu território imediato, a percepção do local é fundamental para atribuir poder às pessoas, povos e comunidades (PORTO GONÇALVES, 2012). Assim, faz muito sentido o que apresenta a professora Fabiana ao evidenciar a necessidade de compreender as questões globais para tratar as locais. Sua fala denota o enfoque político da questão ambiental, que em seu trabalho, a abordagem educativa se faz com o contexto local.

Porto Gonçalves (2012) chama a atenção para um certo esvaziamento comum no sentido político presentes nas concepções de local e regional. Aponta que ocorreu um incentivo ao agir local em detrimento a escala globais. Alerta para o fato de que ao se privilegiar somente a escala local, grandes corporações agem em todas as escalas (global, nacional, regional e local). O pesquisador refere-se à necessidade de compreender as dimensões políticas presentes todas as escalas.

Para Milton Santos (2000), [...] a globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade (SANTOS, M., 2000, p. 22-23). De acordo Santos, “a globalização tal como ela é, cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social (IDEM).

Também o professor Geraldo apresenta questões amplas para expor sua concepção de ambiente. Indica que o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, o modo de vida da sociedade capitalista é obstáculo para a resolução da problemática ambiental e para o desenvolvimento da EA na escola.

A Problemática ambiental? Vejo sem solução numa sociedade que queima combustível fóssil, em que estou me envenenando todos os dias. Se eu tenho combustível fóssil, porque vou gastar dinheiro com energia limpa. O Lixo? Há fica muito caro o aproveitamento do pneu, se eu tenho... Então, enquanto esse troço não acabar... Pode ser que eu

tenha uma tomada de consciência coletiva. Mas todo mundo quer ser classe dominante (Prof. Geraldo).

O que o professor evidencia é central na reflexão posta pela EA e diz respeito aos “limites presentes nas relações materiais que são estabelecidas com a natureza denunciadas pela crise ambiental” (LOUREIRO, 2012, p. 19-20).

Loureiro se apoia na ecologia política para denotar “[...] a atenção nos modos que agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais disputam e compartilham recursos naturais” (LOUREIRO, 2012, p. 29). A Ecologia política mostra que “só é possível sustentar certo padrão de vida para alguns em detrimento do péssimo padrão de vida para outros e com base no uso abusivo da natureza” (LOUREIRO, 2012, p. 19-20).

Numa EA crítica, a justiça ambiental e a ecologia política representam, “em seus campos particulares, oportunidades de enfrentamento contra-hegemônico da realidade socioambiental” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68).

As questões apresentadas pelos professores, evidenciam grande potencialidade para o desenvolvimento da EA na escola e são importantes para o desenvolvimento de uma escola sustentável, pois ao perceberem diversas nuances presentes na questão ambiental e a importância de sua abordagem na escola, além de indicarem abordagens e práticas necessárias aos seus alunos, estes profissionais apontam para um quefazer político, tal como aponta Freire (2000).

Soma-se a isto o fato de que todos os professores e professoras participantes da investigação, além de aludirem à complexidade da questão ambiental, apontaram a necessidade de avançar em reflexões que permitam o avanço da compreensão dessa problemática. Também apontam de forma unânime a necessidade de ação coletiva na escola.

Compreendemos que tais questões necessitam ser explicitadas na escola e transformadas em reflexão e ação, embora em nossa investigação verificamos uma grande dificuldade da instituição em garantir espaços para pensar, refletir e agir coletivamente. Os docentes apontaram grandes dificuldades até para realizar um planejamento com os colegas.

Isto remete ao sistema de ensino e aos processos de gestão escolar, que se encontram cristalizados e seguem um modelo conservador de educação, em que não há possibilidade de se pensar um currículo mais coerente com a comunidade escolar. De acordo com Sacristán,

[...] Não é que qualquer fator que incida no currículo deva ser considerado como um componente estrito do mesmo, mas que, ao considerá-lo como a cultura que a escola torna possível, os

determinantes escolares se convertem algumas vezes em fontes de estímulos educativos diretos e, em qualquer caso, moduladores das propostas curriculares (SACRISTÁN, 2000, p. 89).

Se a escola e seus professores consideram que a escola deve promover um processo permanente de reflexão-ação-reflexão, a mesma poderá encontrar meios de promover mudanças no currículo escolar, em sua gestão e espaço, de modo a rever a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Programa revela o alcance dessa proposta que somente foi possível com o aporte da educação a distância, que se revela como uma importante estratégia de formação de professores, que atualmente encontra-se ameaçada pelas atuais políticas educacionais do governo Bolsonaro. Também ameaçada encontra-se a Educação Ambiental, posto este e outros programas foram interrompidos, desde o governo Temer.

A despeito de tudo isto, os dados denotam de forma propositiva que os docentes que participaram da formação, ao tratar a questão ambiental e a Educação Ambiental se aproximam de uma perspectiva crítica de educação. Assim, ao buscarmos o *que fazer* desses educadores, por meio das suas concepções, se destaca a intencionalidade em alcançar a EA como uma práxis educativa ancorada na concretude da escola, na realidade vivenciada pelos estudantes.

Ainda se destacam as concepções desses profissionais, que evidenciam a necessária ampliação da reflexão sobre o assunto, no sentido de aprofundar a compreensão sobre o ambiente e sobre a EA para uma escola que se deseja sustentável. Entretanto, os mesmos apontam as condições de trabalho como impeditivas da realização coletiva de uma proposta de escola sustentável. Nesse contexto, a Educação à Distância tem um grande potencial por permitir uma flexibilidade maior no tempo dos professores para a necessária formação continuada. Com isso não estamos abrindo mão da defesa de um tempo de formação continuada como parte da carga horária dos docentes.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados** [online] 2010, vol.24, n.68, pp. 103-119. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>.

ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abril 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.2, de 15 de junho de 2012. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2012.

BORGES, Carla. Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o Futuro**. Ano XXI Boletim 07, junho, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYTARGUES, P. P.(org). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2004, p. 25-35.

GUIMARÃES, M. . Armadilha Paradigmática na Educação Ambiental. In: Carlos Frederico B. Loureiro. (Org.). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. 1, p. 15-29.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, abr. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Proposta Pedagógica. In: **A educação ambiental no Brasil**. Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Educação/ TV na Escola. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.

_____. **Sustentabilidade e educação – um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, M. M.. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Sustentando a Insustentabilidade: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. **Revista eletrônica EcoDebate**, 2012. <http://www.ecodebate.com.br>.

SACRISTÁN, G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, M. **Território e sociedade** – Entrevista com Milton Santos. (Entrevistadores: Odete Seabra; Monica de Carvalho; José Corrêa Leite). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, p. 70-78, 2010.

TRAJBER, R.; MOREIRA, T. (Coor.) **Escolas Sustentáveis e Com-Vida: Processos formativos em educação ambiental**. Ouro Preto/MG: UFOP, 2010.

UNESCO (2005). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, 2005.